

ADS ER EÓLICA VENTO ARAGANO I S.A.

CNPJ/MF nº 14.492.644/0001-59

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	01/01/2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.226	3.814
Contas a receber de clientes	6	3.653	5.463
Partes relacionadas	5	-	3.262
Tributos a recuperar	4	-	22
Outros ativos	52	272	346
Total ativo circulante		18.935	11.880
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	3.017	3.537
Depósito judicial	12	31	19
Direito de uso de ativos	8	1.436	1.564
Imobilizado	9	71.280	80.180
Intangível	10	2.339	2.728
Total ativo não circulante		78.103	87.604
Total do ativo		97.038	99.146
Passivo			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	5.388	5.355
Passivo de arrendamento	8.b	420	325
Fornecedores		339	315
Obrigações sociais e trabalhistas		268	207
Tributos a pagar		69	105
Imposto de renda e contribuição social a recolher		180	169
Dividendos a pagar	5/13	1.384	239
Outras contas a pagar		836	-
Total do passivo circulante		8.884	6.714
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	35.373	40.314
Passivo de arrendamento	8.b	1.156	1.375
Provisão para contingências	12	242	137
Outras contas a pagar		-	73
Total do passivo não circulante		36.771	41.801
Patrimônio líquido	13	46.104	46.104
Capital social		46.104	46.104
Reserva legal		341	50
Reserva de lucros		4.938	786
Prejuízos acumulados		-	(1.257)
Total patrimônio líquido		51.383	46.940
Total do passivo e patrimônio líquido		97.038	99.146

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receitas operacionais líquidas	14	16.875	16.122
Custo dos produtos vendidos	15	(6.528)	(9.174)
Lucro bruto		10.347	6.948
Despesas administrativas	16	(1.222)	(1.079)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		461	525
Provisão para contingências		9.586	6.394
Provisão de juros	17	(2.770)	(3.498)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.816	2.896
Imposto de renda e contribuição social	18	(989)	(564)
Lucro líquido do exercício		5.827	2.332
Lucro básico e diluído por ação - R\$	19	0,11	0,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2022	2021	
		(Reapresentado)	
Lucro líquido do exercício	5.827	2.332	
Resultado abrangente	5.827	2.332	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021					
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021 (reapresentado)	46.104	-	-	(1.257)	44.847
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.332	2.332
Constituição de reserva legal (Nota 13)	-	50	-	(50)	-
Dividendos propostos (Nota 13)	-	-	-	(239)	(239)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	46.104	50	786	(786)	46.940
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.827	5.827
Constituição de reserva legal (Nota 13)	-	291	-	(291)	-
Dividendos propostos (Nota 13)	-	-	-	(1.384)	(1.384)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	46.104	341	4.938	(4.152)	51.383

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Informações gerais - A ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. ("Companhia"), anteriormente NCER Eólica Vento Aragano I S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande - RS, constituída em 13 de outubro de 2011, a qual foi adquirida pelo Grupo NC em 29 de dezembro de 2017 e tem como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para estabelecer-se como produtor independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado Corredor Vento Aragano I ("Corredor Vento Aragano I" ou o "Projeto"); (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº 03/2011. O Projeto possui capacidade instalada de 297 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), comercializando 13,8 MWh, pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"), constituído por 04 parques eólicos, que totaliza capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWh no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 11 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada diretamente pela acionista NCER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. ("Complexo do Senandes") e indiretamente pela NC Energias Renováveis S.A. ("NCER"). A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023. **Impactos da pandemia de Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, com o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Representação de valores correspondentes:** Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06(R2) - Arrendamentos. Tendo em vista que a Companhia não realizou a implementação do referido CPC desde sua vigência, a Companhia fez a adoção integral de forma retrospectiva e, portanto, representou suas demonstrações financeiras a fim de demonstrar os impactos efetivos da norma vigente seguindo as orientações estabelecidas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os saldos reapresentados foram afetados da seguinte forma:

	31/12/2021		01/01/2021	
	Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado
Ativo				
Total do ativo circulante	11.543	11.543	11.380	11.380
Ativo não circulante				
Direito de uso	-	1.564	-	1.662
Imobilizado	76.382	(123)	76.259	80.342
Outros ativos não circulantes	6.089	-	6.089	5.762
Total do ativo não circulante	82.471	1.441	83.912	86.104
Total do ativo	94.014	1.441	95.455	97.484
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo de arrendamento	-	325	-	358
Outros passivos circulantes	6.691	(302)	6.389	7.136
Total do passivo circulante	6.691	23	6.714	7.136
Passivos de arrendamento	-	1.350	-	1.375
Outros passivos não circulantes	40.451	-	40.451	45.589
Total do passivo não circulante	40.451	1.350	41.801	45.589
Reserva de lucros	718	68	786	88
Outros itens do patrimônio líquido	46.154	-	46.154	46.104
Total Patrimônio líquido	46.872	68	46.940	44.759
Total do passivo e patrimônio líquido	94.014	1.441	95.455	97.484

b) Demonstração de resultado:

	31/12/2021		01/01/2021	
	Originalmente apresentado	Ajustes	Originalmente apresentado	Reapresentado
Receita operacional líquida	16.122	-	16.122	16.122
Custo dos imóveis vendidos	(9.329)	155	(9.174)	155
Lucro bruto	6.793	155	6.948	155
Receitas (despesas) operacionais	(554)	-	(554)	-
Lucro antes do resultado financeiro	6.239	155	6.394	155
Resultado financeiro (a)	(3.323)	(175)	(3.498)	(175)
Lucro antes dos impostos	2.916	(20)	2.896	(20)
Imposto de renda e contribuição social	(564)	-	(564)	-
Lucro líquido do exercício	2.352	(20)	2.332	(20)

Os impactos nas demonstrações de resultados abrangentes e demonstrações das mutações do patrimônio líquido são reflexos dos ajustes demonstrados acima. Os ajustes acima trouxeram os seguintes impactos na demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021	
	Originalmente apresentado	Reapresentado
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.816	272
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.677)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(5.202)	(272)

2.3. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **i) Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela administração. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado diretamente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferir e não reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre esse ativo. Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros ativos. **ii) Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos fi-

neiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, partes relacionadas. **iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **iv) Redução do valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionadas com defaults. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originários de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos compromissos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota explicativa nº 11). **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das perdas por impairment como perdas incorridas ou esperadas. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para o seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que o valor recuperável estimado. **2.8. Intangível:** O intangível inclui licenças e direitos para implantação e operação do Projeto, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, registrados ao custo e deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida à linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva ("CER"), 20 anos a partir do início das operações. **2.9. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar será reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.10. Arrendamentos:** A Companhia aplicou, de forma retrospectiva, o CPC 06(R2) vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial. **Como arrendatário:** Como arrendatário, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos; ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. **ii) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R2):** Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados: • Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial; a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou • Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Em particular: - Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **iii) Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: • Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo, agrupadas por natureza do ativo, região e prazo contratual; e • Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2022. Segue abaixo taxa de desconto aplicadas:

	Contratos 2022	Contratos 2021
Até um ano	15,16%	9,35%
Até dois anos	14,97%	10,24%
Até cinco anos	13,93%	10,95%
Até dez anos	14,04%	11,57%
Até vinte anos	14,15%	11,98%
Acima de vinte anos	14,15%	11,98%

2.11. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, partes relacionadas. **iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **iv) Redução do valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionadas com defaults. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originários de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos compromissos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota explicativa nº 11). **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As vendas de energia no mercado livre - PL